

Edição nº 95 – 27 a 31 de maio

CONGRESSO CONCLUI VOTAÇÃO DA MP QUE AMPLIA A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL SOCIAL DE COMPANHIAS AÉREAS E TEXTO VAI À SANÇÃO

Na última quarta-feira (22), o Congresso Nacional concluiu a votação da MP nº 863/2018, que tramitava como PLV nº 12/2019 e alterava o Código Brasileiro de Aeronáutica para ampliar para 100% a possibilidade de participação estrangeira no capital social de companhias aéreas no Brasil. A Câmara concluiu a votação na terça-feira (21), um dia antes da medida perder a validade.

O texto final encaminhado ao presidente da República para sanção ou veto também traz a previsão do despacho gratuito de bagagens até 23 kg em voos nacionais. A

medida, segundo avaliou a líder do Governo na Câmara, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), vai ao encontro da abertura do mercado às empresas estrangeiras e afasta as chamadas “low cost”, companhias aéreas que oferecem passagens mais baratas, mas com menos serviços agregados.

O presidente tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar o texto, ficando os eventuais vetos sujeitos à deliberação em sessão conjunta do Congresso Nacional, que poderá mantê-los ou derrubá-los.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) APROVA A PEC DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Na última quarta-feira (22/05), a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados reconheceu a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, de autoria do dep. Baleia Rossi (MDB-SP) e outros.

A nível federal, a proposta pretende extinguir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Seriam

extintos ainda o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que é de competência estadual, bem como o Imposto sobre Serviços (ISS), que é de competência municipal. No lugar de todos esses impostos e contribuições, a PEC prevê a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será composto por três alíquotas de competência municipal, estadual e federal. O tempo de transição será de 10 (dez) anos.

Com a aprovação na CCJC, a PEC será analisada por Comissão Especial a ser criada especificamente para analisar o mérito da proposta. Se aprovada na Comissão, a matéria segue ao Plenário da Câmara para votação em 2 turnos.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

COMISSÕES DO SENADO APROVAM INCENTIVOS FISCAIS A PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Na última quarta-feira (22), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal aprovou o PL nº 2.104/2019, que altera a Lei nº 8.427/1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal, na forma do parecer do relator, sen. Styvenson Valentim (PODE-RN). Agora, a

matéria será analisada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Já a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, na mesma data, aprovou, na forma do parecer do relator, sen. Lasier Martins (PODE-RS), o PL nº 575/2019, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. O PL será analisado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

28/05/2019, às 14H

SCD nº 10/2018, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.

Relator: não designado.

Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

28/05/2019, às 10H

PLP nº 26/2019, que altera o Código Tributário Nacional (CTN) para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário.

Relator: sen. Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Relatório: pela aprovação.

PLS nº 298/2017, que revoga o parágrafo único do artigo 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.

Relator: sen. Elmano Férrer (PODE-PI)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

29/05/2019, às 9H

PLS nº 138/2017, que altera a Lei nº 7.064/1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

Relator: sen. Eduardo Gomes (MDB-TO)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)
30/05/2019, ÀS 9H

PLS nº 383/2017, que dispõe sobre a

regulamentação da prática esportiva eletrônica.

Relator: sen. Eduardo Gomes (MDB-TO)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
28/05/2019, ÀS 16H

PLV nº 7/2019, originário da MP nº 869/2018, que altera a Lei Geral de Proteção de Dados para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Relator: dep. Orlando Silva (PCdoB-SP)
Relatório: pela aprovação, nos termos do PLV.

FIQUE DE OLHO

PLV nº 8/2019, originário da MP nº 868/2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico.

Relator: dep. Felipe Rigoni (PSB-ES)
Relatório: pela aprovação, nos termos do PLV.

PL nº 1.292/1995, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Relator: dep. João Arruda (MDB-PR)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)
29/05/2019, ÀS 10H

PL nº 4.108/2012, que dispõe sobre as linhas de telefonia móvel pessoal, determinando, entre outros pontos, a suspensão da venda e habilitação de novas linhas telefônicas por parte das operadoras que não possuem rede compatível com o número de linhas já existente.

Relator: dep. Cezinha de Madureira (PSD-SP)
Relatório: pela rejeição.

PL nº 5.128/2013, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para determinar que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada, sendo vedada a cobrança por minuto.

Relator: dep. Hélio Leite (DEM-PA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
28/05/2019, ÀS 14H30

PL nº 757/2003, que proíbe as prestadoras de serviços móvel celular e móvel pessoal de utilizarem o serviço de mensagem para a veiculação de propaganda comercial.

Relator: dep. Alceu Moreira (MDB-RS)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 6.504/2006, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre as condições de trabalho em prensas e equipamentos similares, injetoras de plástico e tratamento galvânico de superfícies.

Relator: dep. Alceu Moreira (MDB-RS)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
28/05/2019, ÀS 15H30

Audiência Pública para discutir a garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados, de que trata o PL nº 6.456/2016.

29/05/2019, ÀS 10H

PL nº 4.314/2016, que altera os artigos 14, 51 e 851 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), para permitir que as indústrias que estejam vinculadas aos Serviços de Inspeção Estaduais e Municipais possam enviar seus miúdos e despojos para as empresas com inspeção federal e habilitadas ao comércio internacional, para posterior comercialização com países que adquirem e consomem estes produtos.

Relator: dep. Robério Monteiro (PDT-CE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

29/05/2019, ÀS 10H

PL nº 2.441/2019, substitutivo do Senado Federal ao PL nº 6.332/2005, que torna obrigatória a contratação de seguro de responsabilidade civil contra danos causados pelas empresas de corretagem de seguro para os corretores de seguro e resseguro que são pessoa jurídica.

Relator: dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)

29/05/2019, ÀS 10H

PL nº 3.029/2011, que autoriza o uso de biodiesel puro (B100) como combustível automotivo em veículos de passeio e veículos de carga de pequeno porte, de produção nacional ou estrangeira.

Relator: dep. Mario Negromonte Jr. (PP-BA)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 3.561/2015, que torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento e/ou vazamento de barragens.

Relator: dep. Wellington Roberto (PR-PB)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CREDN)

29/05/2019, ÀS 10H

Audiência pública para tratar das ações políticas, diplomáticas, legislativas e comerciais que possam contribuir para o fortalecimento do grupo dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

29/05/2019, ÀS 14H

PL nº 186/2019, que altera a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, para vedar que o colaborador, terceiro a ele associado contratualmente ou parente até o terceiro grau, obtenha benefícios de qualquer natureza, resultantes da informação privilegiada produzida por eles no procedimento.

Relator: dep. Sargento Fahur (PSD-PR)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 522/2019, que altera a Lei de Lavagem de Dinheiro para inserir nova hipótese de causa de aumento de pena a ser aplicada ao crime de lavagem de dinheiro, consistente na prática da conduta envolvendo bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime praticado contra a Administração Pública.

Relator: dep. Delegado Pablo (PSL-AM)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

29/05/2019, ÀS 9H30

PL nº 4.269/2016, que altera a Lei de Custeio da Seguridade Social para reduzir a contribuição previdenciária das empresas que contratarem pessoas com deficiência.

Relatora: dep. Flávia Morais (PDT-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

